

# Memórias e fotografias que fraturam: trabalhadores negros, Companhia Siderúrgica Nacional e o mito da democracia racial (1964-2005)

Fractured Memories and Photographs: Black Workers, Companhia Siderúrgica Nacional, and the Myth of Racial Democracy (1964-2005)

Leonardo Ângelo Silva\*

**Resumo:** O presente artigo analisa as manifestações do racismo estrutural no interior da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e no município de Volta Redonda, entre as décadas de 1940 e 2000, com ênfase no período da ditadura empresarial-militar. A partir de entrevistas realizadas entre 2008 e 2023, da história oral, da análise de fotografias por meio da heteroidentificação racial e do cruzamento com documentação institucional e processos trabalhistas, investiga-se a tensão entre o discurso oficial da “família siderúrgica” e do mito da democracia racial e as experiências concretas vividas por trabalhadores negros. Argumenta-se que tais discursos operaram como dispositivos de normatização da memória e da experiência operária, camuflando desigualdades raciais e formas específicas de violência institucional. O artigo se estrutura a partir de dois eixos empíricos centrais: a criação do Clube Palmares de Volta Redonda, fundado em 1965 por trabalhadores negros, após a exclusão destes dos clubes associativos ligados à CSN, e a leucopenia (benzenismo), doença ocupacional que atingiu majoritariamente trabalhadores negros concentrados em setores insalubres da produção, evidenciando uma divisão racial do trabalho e a racialização da

\* Historiador com doutorado (2019) e mestrado (2010) em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atualmente realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq). Foi pesquisador visitante na Duke University (EUA), com financiamento do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/Capes). Seu trabalho se concentra nas relações raciais, processos de industrialização e urbanização, formação político-partidária, classe trabalhadora e suas dinâmicas, além de direitos humanos e memória da ditadura militar. Integra redes e grupos de pesquisa como a Rede de HistoriadorXs NegrXs, Gemtrapa/UFRRJ, Gedesf/UFF, Gepehto/UFPB e a equipe de projetos do Clube Palmares (Volta Redonda/RJ).

doença como estratégia de negação de direitos. Ao articular memória, imagens e trajetórias, o estudo demonstra como as narrativas e os registros visuais fraturam o discurso oficial, revelando práticas de racismo institucional, processos de resistência e formas de afirmação identitária negra no contexto do desenvolvimentismo e da ditadura.

**Palavras-chave:** fotografia, trabalhadores negros, memória.

**Abstract:** This article analyzes manifestations of structural racism within the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) and in the city of Volta Redonda between the 1940s and the 2000s, with particular emphasis on the period of the business–military dictatorship. Drawing on interviews conducted between 2008 and 2023, oral history, the analysis of photographs using racial hetero-identification criteria, and the cross-referencing of institutional documentation and labor court cases, the study investigates the tension between the official discourse of the “steelworker family” and the myth of racial democracy, on the one hand, and the concrete experiences lived by Black workers, on the other. It argues that these discourses operated as mechanisms that normalized memory and working-class experience, masking racial inequalities and specific forms of institutional violence. The article is structured around two central empirical axes: the creation of the Palmares Club of Volta Redonda, founded in 1965 by Black workers following their exclusion from CSN-affiliated social clubs; and leukopenia (benzenism), an occupational disease that disproportionately affected Black workers concentrated in unhealthy and hazardous sectors of production, revealing a racial division of labor and the racialization of disease as a strategy for the denial of rights. By articulating memory, images, and life trajectories, the study demonstrates how workers’ narratives and visual records fracture the official discourse, exposing practices of institutional racism, processes of resistance, and forms of Black identity affirmation within the context of developmentalism and dictatorship.

**Keywords:** photography, black works, memory.

## Introdução

Na nova era o índio desapareceu, desapareceu  
Princesa Isabel e Conde Deu, em 1800, por aqui passaram  
No alto de sua passagem, estabeleceram a Estação  
Lá na esquina da Paulo de Frontin acabaram com a navegação  
De barcos que navegaram com escravos no Rio Paraíba  
Quando acabaram, quando acabaram com a capitania de Minas Gerais  
Com homens de braços fortes descarregando minerais  
Café e barras de ouro espalhados pelo continente  
Vem mostrar quem pode com a história, mostrando a nossa gente

O passado sem metalurgia, com barras de aço fazendo a economia  
 Por nosso país, país, país  
 Em condições fantásticas. Alô, alô, alô Brasil, fazendo alguém feliz!<sup>1</sup>

**M**INEIRO, MIGRANTE e aposentado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Jouvacy foi um dos grandes articuladores culturais de Volta Redonda. O samba de sua autoria, reproduzido na abertura deste artigo, expressa a visão de um trabalhador negro que teve sua trajetória pessoal e familiar profundamente marcada pela inserção na indústria de base nacional. Ao articular referências à escravidão, à Princesa Isabel e, sobretudo, à centralidade do período Vargas e da metalurgia na transformação da vida dos trabalhadores, a letra condensa uma percepção recorrente entre trabalhadores do Sul Fluminense: a de que a verdadeira experiência de cidadania teria se inaugurado apenas com o trabalho industrial e com a incorporação à ordem trabalhista varguista.

Quem deu a liberdade foi a Princesa Isabel, mas contudo [...] não tinha força como Vargas. Ele (Getulio) deu a Lei [...] só as palavras dele [...] Só a Lei dele que acabou com esse negócio de a pessoa ser cativo. Deu a liberdade [...] acabou o cativoiro.

Getúlio foi tudo para o nosso povo, foi muito bom pro pessoal da lavoura [...] Antes de Getulio não tinha lei. Nós éramos bicho. A Princesa Isabel só assinou, Getulio é que libertou a gente do jugo da escravatura.<sup>2</sup>

Esse salto temporal — que minimiza o pós-emancipação imediato e enfatiza o desenvolvimentismo como marco fundador da dignidade do trabalho — aparece de forma reiterada nas memórias de trabalhadores negros da região. Depoimentos que contrapõem a abolição formal à “libertação” promovida por Getulio Vargas evidenciam como campo e cidade, mundo rural e mundo urbano, escravidão e trabalho assalariado são organizados em um balanço memorial que tende a produzir uma narrativa de igualdade e integração. Em Volta Redonda, cidade-sede da CSN, essa construção da memória coletiva se articulou de maneira particularmente potente ao ideal da “família siderúrgica” e ao mito da democracia racial, funcionando como dispositivos simbólicos de coesão, pertencimento e apagamento do conflito racial.

Entretanto, essa narrativa de harmonia e progresso conviveu, desde sua origem, com profundas assimetrias raciais. A construção da CSN, entre 1941 e 1946, mobilizou um intenso fluxo migratório para o Vale do Paraíba, majoritariamente composto por trabalhadores negros, muitos deles oriundos de Minas Gerais. Em 1954, ano da emancipação do distrito de Volta Redonda em que se fixou a usina, a CSN já empregava 11.184 trabalhadores. Naquele ano, a população de Volta Redonda era estimada em 56.380 habitantes, dos quais 90% estavam

1 NETO, Jouvacy Milheiro. **Jouvacy Milheiro Neto** (depoimento, 2009). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 29 jan. 2009.

2 MATTOS, H.; RIOS, A. L. **Memórias do cativoiro**: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 55, 65.

concentrados no núcleo urbano do novo município.<sup>3</sup> Embora a historiografia sobre Volta Redonda seja extensa, a dimensão racial da formação da classe trabalhadora permaneceu por décadas como um ponto obscuro. Estudo baseado na heteroidentificação de fotografias funcionais revelam que cerca de 70% dos trabalhadores envolvidos na construção da usina eram negros,<sup>4</sup> dado que tensiona diretamente a ideia de uma classe operária homogênea e racialmente indiferenciada.

É nesse contexto que este artigo se insere. A partir de entrevistas realizadas entre 2008 e 2023, do uso sistemático da história oral, de análises orientadas pela psicologia social do racismo e da heteroidentificação de fotografias e documentos, investigo como o racismo estrutural se manifestou no interior da CSN e no espaço urbano de Volta Redonda, especialmente durante a ditadura empresarial-militar. Argumento que o discurso da “família siderúrgica” e da democracia racial funcionou como uma forma de espacialização normativa da experiência operária, camuflando desigualdades raciais e produzindo uma memória oficial que negava o conflito.

Com o desmonte progressivo da estrutura assistencialista da CSN, a partir dos anos 1960, e a intensificação da repressão política, essas contradições tornaram-se mais visíveis.<sup>5</sup> Trabalhadores negros passaram a ocupar de forma desproporcional as bordas da insegurança estrutural: foram excluídos de espaços associativos, concentrados em setores mais insalubres da produção e expostos a formas específicas de violência institucional. Duas dessas fraturas estruturam a análise desenvolvida ao longo do artigo. A primeira diz respeito à criação do Clube Palmares de Volta Redonda, fundado em 1965 por trabalhadores negros da CSN após a expulsão informal de pessoas negras dos clubes associativos da empresa. A segunda refere-se à leucopenia — também conhecida como benzenismo ou benzolismo —

3 MOREL, R. L. de M. **A ferro e fogo. construção e crise da família siderúrgica**: o caso de Volta Redonda (1941-1968). 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. p. 52.

4 DINIUS, O. **Work in Brazil's Steel City**: A History of Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1968. PhD – [s.l.], Harvard University, 2004. p. 171-181. Dinius não é o primeiro a usar a heteroidentificação como forma de estratificar raça-cor para análise de ambientes fabris; um exemplo é: DA SILVA, Paula Cristina. **Negros à luz dos fornos**: representações do trabalho e da cor entre metalúrgicos baianos. São Paulo: Dynamis Editorial, 1997; que para analisar uma fábrica na Bahia, faz trabalho similar ao de Dinius, contudo, para além da heteroidentificação feita pela pesquisadora através das fotos 3x4 dos trabalhadores, houve a autodeclaração dos entrevistados (Idem, p. 16).

5 Volta Redonda e CSN parecem reforçar o “paradigma da ausência” dos trabalhadores negros para além do período da Primeira República (vide NASCIMENTO, Á. P. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 24, n. 59, p. 607-627, 2016), pois como palco da industrialização nacional, temas como formação de classe (vide MOREL, op. cit., 1989), formação da cidade (SOUZA, C. V. C. D. **Pelo espaço da cidade**: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRJ/IPPUR, Rio de Janeiro, 1992), novo sindicalismo, greves e privatização (vide GRACIOLLI, E. J. **Um caldeirão chamado CSN**: resistência operária e violência militar na greve em 1988. Niterói: Edufu, 2009. GRACIOLLI, E. J. **Um laboratório chamado CSN – Greves, privatização e sindicalismo de parceria**: a trajetória do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda-1989/1993. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999) sempre estiveram na alça de mira dos pesquisadores. Talvez a primeira obra que tratou da questão racial como temática para a localidade tenha sido OLIVEIRA, Carlos Gomes. **Lazer no preto e branco**: histórias de integração do negro pelo lazer e animação sociocultural voluntária no Clube Palmares em Volta Redonda – RJ. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Para vários outros exemplos e análise das produções para a usina e cidade, ver SILVA, L. Á. da. **Uma cidade em preto e branco**: relações raciais, trabalho e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1988). Curitiba: Appris, 2022. p. 27-36.

doença ocupacional que atingiu majoritariamente trabalhadores negros alocados em setores como a coqueria, revelando uma divisão racial do trabalho e a racialização da própria doença como estratégia de negação de direitos.

Ao articular esses dois casos, sustento que as memórias dos trabalhadores negros, bem como as imagens e documentos analisados, fraturam o discurso oficial da democracia racial e do progresso desenvolvimentista. Mais do que simples registros do passado, essas fontes revelam silêncios, deslocamentos e resistências, permitindo acessar outras espacializações da experiência operária — marcadas por exclusão, vigilância e também por formas coletivas de afirmação identitária. Assim, o artigo busca contribuir para uma historiografia que compreenda a ditadura empresarial-militar não apenas como um regime de repressão política e exploração de classe, mas também como um período de aprofundamento das desigualdades raciais e de institucionalização do racismo no mundo do trabalho.

## Família siderúrgica e democracia racial camuflando a insegurança estrutural dos trabalhadores negros

Era o Brasil único. [...] O que eu via era o entusiasmo das pessoas pois toda vez que você participa de alguma coisa é fantástico. Quando se falava em CSN, Companhia Siderúrgica Nacional.

Fazia aço... Não existia isso no Brasil. Existiam umas fabriquetinhas em São Paulo e Minas Gerais. A grandiosidade que era: indústria bélica, indústria de segredo... [...]. Então, aquilo entusiasmava todo mundo. Você morar em um lugar que era limpo, arejado, todo lugar que ia tinha placa [...].

[...] Havia aquela cidadania: eu posso chegar lá, depende de mim. O cara estudava, tinha escola para todo lado. O Nazário, conheci o Nazário. O cara era filho de pobre coitado na CSN. O cara conseguiu engenharia, foi chefe da expansão da CSN.<sup>6</sup>

Ronaldo Gori, engenheiro aposentado, enfatizou a importância da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e de ter sido um de seus trabalhadores, destacando o entusiasmo coletivo como o grande catalisador da obra e do sentimento nacional. Acredito que o relato de Gori e o samba de Jouvacy reflitam expressões idiossincráticas do desenvolvimentismo. Jouvacy traçou uma linha histórica que se estende desde a Princesa Isabel até a corrida do aço, enquanto Gori destacou o entusiasmo das pessoas na integração do projeto nacional. Como ambos foram trabalhadores da primeira geração da CSN, grande parte da visão positiva sobre o desenvolvimentismo deveu-se ao discurso da “família siderúrgica” e à estrutura que o acompanhava.

Para Gori, existia uma “verdadeira democracia” advinda da implementação desenvolvimentista, caracterizada por um sentido liberal de autoconstrução de trajetória, uma escolha que engendrava trabalho individual como expressão de esforço pessoal. Seu relato atravessa

6 GORI, Ronaldo. **Ronaldo Gori** (depoimento, 2009). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 27 jan. 2009.

classe e raça na construção da igualdade, embora a classe estivesse acima da raça. Para demonstrar isso, Gori utiliza o exemplo do senhor Nazário, que ascendeu socialmente através dos estudos. Mas por que escolher Nazário como exemplo? Nazário foi um dos primeiros engenheiros negros da CSN e um dos fundadores do Clube Palmares (criado em 1965), um clube que acolhia majoritariamente o público negro, uma vez que a CSN proibiu, a partir dos anos 1960, a participação de negros em seus outros clubes sociais. Trataremos especificamente do Clube Palmares na próxima seção deste artigo.

Regina Morel descreveu a família siderúrgica como um “jogo articulado de estratégias” em que se desejava tanto o “mercado permanente de força de trabalho saudável e produtiva” quanto controle e bom comportamento,<sup>7</sup> para tanto a CSN forneceria toda uma estrutura para seus trabalhadores que muitos nunca haviam tido acesso. Essa estrutura foi chamada por muitos pesquisadores de paternalista<sup>8</sup> e, em geral, vai ao encontro de ser uma estrutura permeada por uma “cultura dos trabalhadores adotando uma estratégia paternalista remanescente da Europa do século dezanove, que combinava o uso da coerção com medidas de bem-estar”.<sup>9</sup>

A questão aqui é pensarmos o quanto essa estrutura impactou os trabalhadores e principalmente os personagens negros, maioria dos migrantes da época, pois além de estarem deixando para trás o ambiente rural, deparavam-se com uma estrutura que ratificava a ruptura com seu passado e acentuava a mudança, isso fica evidente em vários dos relatos colhidos<sup>10</sup> quando se trabalha com a primeira geração de trabalhadores da CSN: “A companhia dava comida, dava tudo, eu fui juntando um dinheiro, eu juntei dinheiro pra mim casar, comprei tudo novo, como a companhia não tinha casa ainda, aí mostrei falei: ‘Dr. eu pretendo casar em 1943, no final de 1943’”.<sup>11</sup>

A visão de que a empresa dava tudo ou que era “uma mãe” persiste atualmente e, não por acaso, em entrevista realizada em 2017, o senhor Sebastião<sup>12</sup> declara que:

Na CSN não havia preconceito, de funcionário para chefia e da chefia para funcionário. [...] Ela atendia as pessoas com problemas, dava casa, dava assistência dentária, dava piscina para você nadar, praticar esporte, cooperativa para você fazer compra, pra todo mundo [...]. Na CSN não existia preconceito, acho que era uma empresa perfeita no meu ponto de vista atual.

A declaração de Sebastião reforça o impacto da estrutura fornecida aos trabalhadores. Embora Sebastião não tenha feito parte da primeira geração de trabalhadores da CSN, seu relato expressa a união dos trabalhadores através das mesmas condições de vida proporcionadas pela empresa. A estrutura fabril e extrafabril caminhavam na mesma direção, enquanto

7 MOREL, op. cit., 1989, p. 117.

8 Vide segunda onda de pesquisadores sobre Volta Redonda em SILVA, op. cit., 2022, p. 34.

9 DINIUS, op. cit., 2004, p. 70.

10 Vide obra de DINAMARCO, P. da S. M. **Trabalhadores da CSN: lembranças e relatos da primeira geração**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

11 DINAMARCO, op. cit., p. 169.

12 Migrante de Minas Gerais e que se autodeclarou negro, tem família “mestiça”, pois precisavam “melhorar a raça”. DA SILVA, José Sebastião. **José Sebastião da Silva** (depoimento, 2017). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 24 ago. 2017.



funcionavam “perfeitamente”. No entanto, Morel relata que a validade do discurso da “família siderúrgica” teve um limite, terminando em 1963. O regime de isenção fiscal dado à empresa já era questionado, e a emancipação do distrito (Volta Redonda, em 1954) só intensificou esse questionamento. Além disso, em 1963, a CSN pagou milhões à prefeitura, que estava em crise, com mais de 40.000 habitantes sem acesso à assistência médica e saneamento básico. Todo esse quadro de diversificação de interesses e precarização contribuiu para o fim do ideal de “família siderúrgica” promovido pela empresa, resultando no término dos serviços que ela prestava à cidade.<sup>13</sup>

Muitas das fissuras de classe que expunham os trabalhadores negros às piores condições de trabalho e à falta de equidade nos cargos de chefia e subchefia da empresa, mesmo antes dos anos 1960, já estavam evidentes quando analisados os casos expostos no periódico da própria empresa.<sup>14</sup> Quando a CSN abriu mão de seu caráter paternalista e iniciou o desmonte gradual de sua estrutura assistencialista, os trabalhadores negros evidenciaram-se nas bordas da insegurança estrutural<sup>15</sup> da classe trabalhadora. Ou seja, se havia uma dinâmica de experiência que determinava uma consciência coletiva para esses trabalhadores, agora ela se apresentava fraturada, e os trabalhadores negros enfrentavam uma piora imediata nas condições de trabalho e exclusão social fora dos muros da fábrica.<sup>16</sup> Contudo, outro ponto de aderência que também diminuía as fissuras entre raça e classe se apresentava de maneira hipertrofiada no pós “família siderúrgica”: a democracia racial.<sup>17</sup>

13 MOREL, op. cit., p. 258-191.

14 Vide SILVA, op. cit., 2022, p. 109-180.

15 SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. Em: **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 25-48.

16 Ao tentar colaborar com a resolução do impasse teórico, que contrapõe de um lado os marxistas e os adeptos de teorias econômicas neoclássicas e, do outro, abordagens que possuem uma análise mais cultural, Savage sugeriu o foco na “insegurança estrutural”, pois esta marca a vida de todos os trabalhadores quando comparados às outras classes sociais, por não possuírem recursos próprios e enfrentarem uma maior situação de insegurança social e econômica em seu cotidiano. Para o autor, essa insegurança estrutural não se baseia exclusivamente no processo de trabalho, nem no mercado de trabalho, mas se pauta na experiência vivida pelos trabalhadores dentro de determinado contexto histórico. Isso colaboraria na determinação de estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, suas formas de organização e de atuação. Savage conclui: “nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como único ou o principal eixo de classe social” (SAVAGE, op. cit., 2004, p. 26-33).

17 Se a expressão democracia racial foi incorporada ao vocabulário político brasileiro nos anos 1930, se seu sentido de igualdade entre as raças só se consolidou nos anos 1940, e se apenas nos anos 1950 passou a circular entre os cientistas sociais brasileiros (GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Modernidades negras**: a formação racial brasileira (1930-1970). 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2021. p. 229), as memórias apresentadas neste artigo fraturam esse conceito de maneira semelhante à crítica empreendida por Florestan Fernandes — em obra de 1964 — e por Abdias do Nascimento — em obra de 1977 — (GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 163, 165). Há, inclusive, uma sincronicidade temporal reveladora entre essas rupturas e a realidade local aqui analisada: Fernandes denuncia o mito da democracia racial em 1964, e o clube negro de Volta Redonda é fundado em 31 de janeiro de 1965. Ademais, a certa resistência de parte dos trabalhadores negros em denunciar práticas racistas dentro da empresa está diretamente relacionada à força mitológica da democracia racial no imaginário coletivo, bem como à hipertrofia do sentido de classe trabalhadora. Afinal, esses sujeitos estavam, de fato, transformando suas trajetórias e as de seus familiares, o que tornava o enfrentamento do racismo institucional ainda mais complexo. O silêncio, nesse contexto, não se configura como ausência de conflito, mas como uma estratégia de sobrevivência diante de estruturas que naturalizavam a desigualdade racial. Sales expressa com precisão os efeitos do mito da democracia racial sobre a estrutura e o tecido social no período estudado. Ele menciona a “incorporação da população negra no mercado de trabalho”, o “banimento do conceito de raça, substituído pelos de cultura e classe na interpretação social do Brasil”, a promoção da “ideologia da nacionalidade morena” e do “povo mestiço”, bem como a difusão da ideologia da “cordialidade racial”. Sales afirma ainda que o próprio mote da

Luís Felipe Silva, em artigo sobre a ditadura militar e a questão racial na CSN, recuperou um episódio (mais uma vez, extraído das páginas de *O Lingote*) particularmente ilustrativo da utilização do mito da “democracia racial” como elemento articulado a um imaginário que, tal como viemos discutindo, negava o conflito racial mediante a afirmação da “inclusão pelo trabalho” e do “progresso” que a empresa trazia. O historiador cita um discurso do embaixador de Senegal, proferido em visita a Volta Redonda, no ano de 1969, publicado sob o título “VR é outra abolição”:<sup>18</sup>

Assimilado pela etnia brasileira, o negro africano escravo de outrora é o brasileiro de hoje que se confunde nesta harmonia de raças, neste extraordinário colorido humano que é a democracia racial em evolução no Brasil. ***Esta usina siderúrgica de Volta Redonda trabalha agora para uma outra abolição, que atinge todos nós*** – a emancipação sócio-econômica desta nação-continente.<sup>19</sup>

O discurso do embaixador reuniu todos os elementos mencionados: a afirmação da “democracia racial em evolução no Brasil”, alinhada com a ditadura, complementada pelas ideias de “progresso” e “emancipação socioeconômica” para “todos nós” – sem considerar a diversidade e os fatores específicos que afetavam setores dessa coletividade imaginária. No entanto, tanto dentro quanto fora da usina, o racismo continuava a se manifestar, com seus efeitos agravados pelas ações da ditadura empresarial-militar e pelo desmonte da estrutura local destinada às necessidades da classe trabalhadora.

O que se torna evidente é que se buscava utilizar a ideia de democracia racial como ferramenta normatizadora das experiências, como uma espacialização de experiência sem conflitos e, por extensão, das narrativas construtoras da visão de classe. Contudo, o desmonte das estruturas e a intensificação da exploração de classe durante a ditadura empresarial-militar agudizaram a contradição entre o mito e a realidade, que acabou por se impor. Os repertórios culturais estabelecidos em diferentes localidades tornaram-se mais visíveis, evidenciando tensões antes encobertas pelo discurso oficial.<sup>20</sup> Tal dinâmica foi evidenciada nos fragmentos de entrevistas sócio-históricas apresentadas até aqui, e se estende às demais que compõem este texto. Ademais, ao analisarmos trajetórias de trabalhadores negros por meio da história oral, acessaremos não só os fatos, mas também as memórias afetivas, os silêncios, os deslocamentos e as resistências. Isso permite construir um viés de espaço e identidade que não é homogêneo, mas plural — revelando outras espacializações dentro de

---

democracia racial transformou o debate sobre as relações raciais no Brasil em um “falso problema, um sem-sentido e, inclusive, algo racista” (SALES, Ronaldo. *Democracia Racial*. In: **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2023. p. 105-107).

18 VR é a abreviação do nome da cidade: Volta Redonda.

19 SILVA, L. F. N. “Somos todos iguais”: nacional-desenvolvimentismo, modernização econômica e segregação racial na Companhia Siderúrgica Nacional (1964-1970). **Revista Episteme Transversalis**, v. 14, n. 3, p. 46-68, 31 dez. 2023. p. 64. Grifo nosso.

20 Sobre a ideia de espaço enquanto construção social e a relação deste com a dinâmica entre memória e identidade, vide OLIVEIRA, Samuel. Espaço, memória e identidade. **História Oral**, v. 28, n. 1, p. 5-12, 2025.



um mesmo território, como, por exemplo, redes de solidariedade, experiências de mobilidade e estagnação, e lugares de exclusão e pertencimento.<sup>21</sup>

Diante das fraturas, as resistências negras também se destacaram em várias esferas. No campo da cultura, da conscientização racial e do entretenimento surgiu um dos exemplos mais significativos das articulações que a população negra de Volta Redonda teve de construir para garantir suas expressões e sua sobrevivência: o Clube Palmares de Volta Redonda. Penso que a construção e atuação do clube vão ao encontro do *insight* de pesquisa presente na argumentação de Flávio Gomes e Marcelo Paixão, quando estes asseveraram que “o modelo desenvolvimentista acabou sendo forjado utilizando como motor ideológico o próprio mito da democracia racial”,<sup>22</sup> pois o Palmares sempre atuou demonstrando que a implementação desenvolvimentista, a CSN, tinha um custo bem mais pesado para os trabalhadores e trabalhadoras negras.

### Clube Palmares de Volta Redonda: um “chá de revelação da raça” na cidade da classe trabalhadora

A EXPRESSÃO “chá de revelação da raça” foi cunhada por Adelaide Maria Afonso Máximo, professora da rede pública, militante do movimento negro de Volta Redonda, participante do Clube Palmares e fundadora do Movimento de Conscientização do Negro de Volta Redonda (1983). Adelaide sempre aborda questões interessantes sobre a negritude na cidade. Segundo ela, “o negro de Volta Redonda é um negro diferente”. Questionada sobre o motivo dessa diferenciação, ela explica que “aqui em Volta Redonda, o negro teve acesso à educação”.<sup>23</sup> Para além do acesso à educação formal, em grande parte viabilizado pela estrutura da CSN, parece que a luta contra o racismo e a conscientização racial são fatores altamente pedagógicos nesse processo, como demonstra a história de fundação do Clube Palmares.

A história do Clube Palmares começa em 31 de janeiro de 1965, quando um grupo de pessoas negras, todas ligadas à CSN, se reuniu e fundou o primeiro clube majoritariamente negro do Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Segundo alguns fundadores, houve um debate para a escolha do nome do clube, com sugestões como 13 de Maio, 15 de Novembro, Feniano e Palmares. Os relatos indicam que a defesa do nome Palmares foi particularmente convincente, realizada pela irmã do engenheiro Nazário (um ex-presidente do clube e um

21 Autoras como Edith Piza, Iray Carone e Cida Bento trabalham com uma psicologia social que não apenas descreve fenômenos, mas os interroga a partir de marcadores sociais como raça, classe, gênero e território. Elas propõem uma psicologia racializada e descolonizada, que reconhece os efeitos do racismo estrutural na constituição subjetiva dos sujeitos negros e foi com o mesmo objetivo que realizamos e ou analisamos as entrevistas. Vide CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

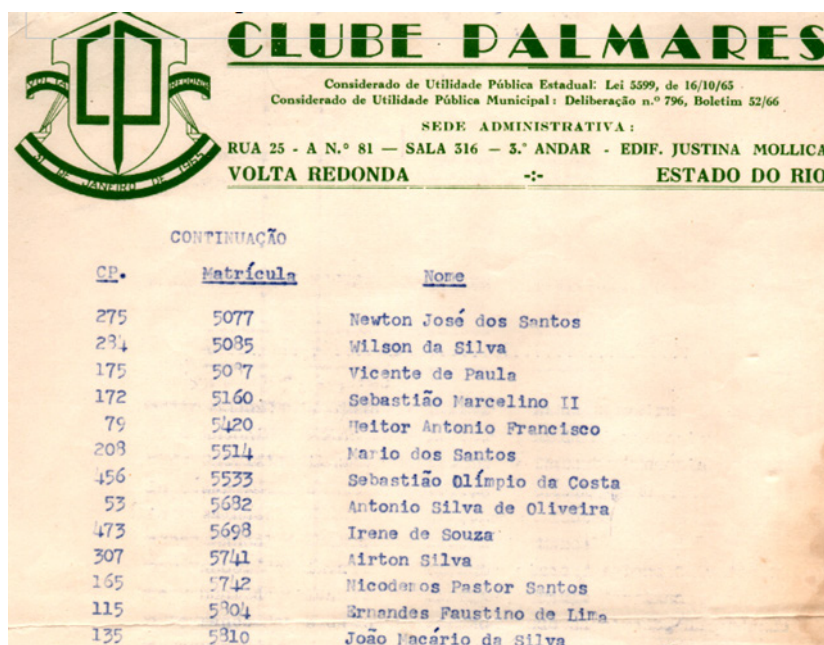
22 GOMES, F.; PAIXÃO, M. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Revista Maracanã**, v. 4, n. 4, p. 171-194, 2008. p. 185.

23 MÁXIMO, Adelaide Maria Afonso. **Adelaide Maria Afonso Máximo** (depoimento, 2022). Entrevista concedida ao autor e à pesquisadora Gisele Costa. Volta Redonda, RJ, 6 set. 2022. A entrevista compõe o acervo do projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades” (UFF/ CAAF-Unifesp).

de seus fundadores). Proveniente de uma família de Sergipe, ela conhecia profundamente a história do Quilombo dos Palmares, de Zumbi, e do simbolismo envolvido, destacando a importância dessa herança histórica.<sup>24</sup>

Nas entrevistas sobre a história do clube, vários relatos repetem a mesma questão: a CSN possuía vários clubes associativos frequentados de acordo com a profissão e função dentro da empresa (Clube dos Funcionários da CSN, 1942; Aero Clube, 1943; Clube Náutico e Recreativo Santa Cecília, 1948; Clube Recreio do Trabalhador, 1951).<sup>25</sup> Assim, a divisão social da classe trabalhadora dentro e fora da empresa acabava por refletir a divisão racial. O problema é que, a partir do início da década de 1960, após o golpe militar e com o já citado desmonte da estrutura para a classe trabalhadora da CSN, as fissuras entre classe e raça ficaram mais evidentes.

Imagem 1 – Folha de matrícula dos Palmarinos



| CP. | Matrícula | Nome                       |
|-----|-----------|----------------------------|
| 275 | 5077      | Newton José dos Santos     |
| 234 | 5085      | Wilson da Silva            |
| 175 | 5087      | Vicente de Paula           |
| 172 | 5160      | Sebastião Marcelino II     |
| 79  | 5420      | Heitor Antonio Francisco   |
| 203 | 5514      | Mário dos Santos           |
| 456 | 5533      | Sebastião Olímpio da Costa |
| 53  | 5632      | Antonio Silva de Oliveira  |
| 473 | 5698      | Irene de Souza             |
| 307 | 5741      | Airton Silva               |
| 165 | 5742      | Nicodemos Pastor Santos    |
| 115 | 5804      | Ernandes Faustino de Lima  |
| 135 | 5810      | João Macário da Silva      |

Fonte: acervo fotográfico do Clube Palmares.

Iniciou-se um processo de proibição da entrada de pessoas negras, mesmo que trabalhadoras da própria empresa, nos clubes associativos. Parece que essa proibição ocorreu de maneira não oficial, pois nenhum documento ou ata com a instrução foi encontrada. Contudo, trabalhadores negros da CSN e seus familiares migraram para dentro do Palmares. Tanto que, na imagem anterior, observa-se que a coluna “CP” se refere ao número de inscrição do associado ao clube, enquanto a coluna “Matrícula” corresponde ao número de matrícula do funcionário na CSN. Isso indica que, em seus primeiros anos, havia quase uma identificação

24 DIAS, Maria Eunice da Silva Santos. **Maria Eunice da Silva Santos Dias** (depoimento, 2012). Entrevista concedida a Gladys Guimarães. Volta Redonda, RJ, 4 jul. 2012.

25 Conforme ARAÚJO, F. S. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e as políticas sociais de lazer para os trabalhadores: os clubes sociorecreativos. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 18, n. 3, p. 1-35, 2015. p. 17, 18.

entre ser associado ao Clube Palmares e ser funcionário da CSN. O clube chegou a contar com mais de mil associados ainda na década de 1960.

Sobre a criação do clube, João Laureano asseverou: “O Náutico passou a ser o local dos mulatinhos [...]. Passou a ser o clube dos mulatinhos e brancos”, além disso, João afirmou que o Náutico protagonizou uma “covardia”:

Eu morava no acampamento central, eu e a maioria como o Nazário [esposo de Eunice] [...]. Então o galpão lá era a área de lazer [...] O Náutico foi fundado no escritório [...]. Como a CSN estava expandindo e eles iam precisar desmanchar os barracos, o Náutico veio para o acampamento central, no barraco que era nosso, que era nossa área de lazer e disse que ia acolher todos os moradores. Então beleza, aí entramos sócios do Náutico. Era só um barraco não tinha fechamento lateral, então fizeram o fechamento lateral, melhoraram o piso e começaram as atividades... E foram melhorando. Na medida que foram melhorando foi aumentando o quadro social. Eu tinha uma namorada na época [...] que ouviu um dia no banheiro das mulheres ‘olha, disseram que o Náutico tá ficando muito bom mas tem muito negro e está parecendo gafeira’ (risos). Você tá pensando que ser negro é fácil? (risos) Tinha duas meninas de Barra do Pirai (cidade ao lado) e elas frequentavam a casa dos tios delas lá na São João [rua], mas para entrar no clube tinha que ser dependente de alguém, então elas ficaram como minhas dependentes [...]. Num determinado dia eu chego na portaria e eles não deixaram as meninas entrar. [...] “O que que houve? Não, elas não podem entrar”. Eu não entrei pois eu estava com elas, no domingo seguinte eu voltei sozinho [...] e na portaria disseram que eu falei que lá tinha preconceito e lá não tinha preconceito.<sup>26</sup>

A partir de então, João é barrado, pois, supostamente, acusou o clube de ser preconceituoso, e o mesmo ocorreu com Nazário, mas a alegação foi de que sua desassociação se deu pois ele tocava tamborim na escola de samba. Não sabemos se o ato de tocar tamborim foi o problema ou se ele foi expulso por participar de outra agremiação, o caso é que outros relatos vão na mesma direção da execução de uma limpeza racial no Náutico. O já citado senhor Jouvacy lembra que ao ir fazer um show no Náutico recebeu a seguinte informação: “[...] o senhor tá expulso daqui, não precisa voltar mais não”. Ao procurar o motivo da expulsão, soube através de outro funcionário que havia ocorrido uma decisão de “[...] tirar tudo que é pessoa negra daqui”.<sup>27</sup> D. Maria do Rosário, negra e moradora do bairro Retiro, reforça o caso ao descrever que preto não entrava no Clube Náutico e que estes criaram o “Clube dos Palmares, um clube só para gente preta”.<sup>28</sup>

Dona Eunice afirmou que, com a proibição de entrada de negros no Náutico, o debate sobre a questão racial ficou evidente:

As pessoas começaram a se reunir para debater a questão racial, né? Estava ficando feio aqui em Volta Redonda. Por quê? [...] A CSN arrumava tudo para seus operários, então tinha também um clube de lazer para os

26 LAUREANO, João Estanislau. **João Estanislau Laureano** (depoimento, 2018). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 7 mar. 2018.

27 NETO, Jouvacy Milheiro. **Jouvacy Milheiro Neto** (depoimento, 2009). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 29 jan. 2009.

28 ROSÁRIO, Maria do. **Maria do Rosário** (depoimento, 2009). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 9 fev. 2009.

operários. Então, os operários é que mantinham o clube, iam lá, trabalhavam, arrumavam. Tinha tudo de barraco mesmo, mas era tudo arrumadinho, tudo bonitinho. À medida que foi melhorando, crescendo, eles começaram a segurar as carteirinhas dos negros.<sup>29</sup>

A inserção de negros no Clube Náutico estava diretamente relacionada à realocação do clube, que saiu da área de escritório devido às obras de expansão da CSN e foi instalado no Acampamento Central, uma área mais precarizada e com maior número de trabalhadores negros. O clube foi instalado em um galpão destinado ao entretenimento dos trabalhadores que viviam no local. Como citado por Eunice, com a melhoria das estruturas do clube, esses trabalhadores começaram a ter sua entrada proibida.

Diante das proibições e da falta de locais para interação e lazer, trabalhadores e trabalhadoras negras começaram a buscar uma solução. Nesse contexto, Maria da Glória de Oliveira (Dagó), João Estanislau Laureano e Nazário Ernesto Santos Dias tiveram a iniciativa de criar um clube na localidade. Dagó, a primeira professora negra de Volta Redonda, tinha a matrícula número 3 no livro ata do clube. João, funcionário da CSN, tinha a matrícula número 4, e Nazário, um dos primeiros engenheiros negros da usina, era matriculado com o número 1 no clube. Lúcio Andrade, primeiro presidente do Clube Palmares, tinha a matrícula número 2.

O que há de peculiar na criação do Clube Palmares é o estranhamento que temos ao notar a contradição em relação aos ideais e discursos de época, tanto para com o governamental como para com o da empresa. Enquanto a CSN trabalhava com um discurso de “família siderúrgica”, numa perspectiva muito próxima do ideal de democracia racial, a ditadura empresarial-militar negava os problemas raciais brasileiros e defendia a “paz das cores”,<sup>30</sup> chegando mesmo a tirar os dados raciais das estatísticas governamentais dos anos 1960 e 1970,<sup>31</sup> ou seja, ao inibir disparidades raciais nas estatísticas, tentava-se reforçar o ideal de democracia racial no país.

29 DIAS, Maria Eunice da Silva Santos. **Maria Eunice da Silva Santos Dias** (depoimento, 2012). Entrevista concedida ao autor a Gladys Guimarães. Volta Redonda, RJ, 4 jul. 2012.

30 DE JESUS, M. C. O regime militar e a questão racial: o interdito. Entre o local e o global. In: Anais do XVII Encontro de História Anpuh-Rio, 2016, Nova Iguaçu/RJ. **Anais [...]**. Nova Iguaçu: Anpuh-UFRJ, 2016. A mesma autora, em sua tese de doutorado, traz um debate muito interessante sobre as leis do período de 1950 a 1983, que tratavam do “ódio de raça” e “ódio de raça e discriminação racial”. Ela demonstra que, a partir da ditadura militar, as penas aumentaram para este crime específico e começaram a ser usadas contra quem denunciasse o racismo, pois isso seria a subversão da construção da brasilidade e estímulo de ódio racial (vide JESUS, Marize Conceição de. **O olhar do Serviço Nacional de Informações - SNI sobre o movimento negro no Brasil (1964-1985)**. 2023. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, 2023. p. 102-104).

31 DE SOUZA, I. P.; TERUYA, T. K. Sobre negritude e reconhecimento: a importância do movimento negro na (re) construção identitária da população negra brasileira. **Revista Thêma et Scientia**, v. 11, n. 1, p. 42-62, 2021.



**Imagem 2 – Membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Coral Palmares**



Membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Coral Palmares: João Laureano, José Gomes, João Linhares, Elza Timóteo, Jorge Timóteo, Terezinha, Dagó, Messias de Paula, Eloidmar (Loló), Lúcio Andrade, Alice (esposa de Elpídio), Mário, Aparecida, José Elias, Geraldo, Antônio, Carlos Félix (Jaú), Fernando, José Nicodemos. Volta Redonda, anos 1960. Fonte: acervo fotográfico do Clube Palmares.

A imagem apresentada acima evidencia questões fenotípicas muito acentuadas, pois (aparentemente) para o início do clube, os associados eram majoritariamente pretos e os pardos possuíam fenótipo negroide.<sup>32</sup> Penso que evidência disso possa ser as três pessoas sempre citadas como articuladoras da ideia e da fundação do clube (Maria da Glória de Oliveira, Nazário Ernesto Santos Dias e João Estanislau Laureano) e seu primeiro presidente (Lúcio Andrade), pois todos eram pessoas pretas.

É evidente que um ideal muitas vezes existe apenas no pensamento, pois a realidade frequentemente o desafia. Esse é o caso da democracia racial que supostamente prevalecia no país, especialmente em Volta Redonda. Vamos considerar o depoimento do atual presidente do Clube Palmares. Edson Daniel João (conhecido como Mister) nos concedeu uma entrevista para o projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades”, vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

<sup>32</sup> Embora a região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro seja a terra de origem dos povos Puris, não há registro de sua permanência ou mesmo de muitos descendentes em decorrência do extermínio da população indígena Puri para a implantação da indústria cafeeira (vide ALVARENGA, Felipe de Melo. Por um Vale do Paraíba indígena: conflitos étnicos e a transformação da propriedade dos índios em Valença (1780-1835). *Revista de História*, São Paulo, v. 181, p. 1-45, 2022). Ademais, a ideia do presente artigo não é a de adentrar os debates e problematizações sobre a categoria pardo, pois acreditamos ser um debate profundo e ainda em desenvolvimento, contudo, temos ciência que muitas vezes esta categoria é usada enquanto apagamento (principalmente para os indígenas - vide RIOS, Flávia (org.). *A questão do pardo no Brasil*. São Paulo: Editora Bregantini, 2025).

Mister, que se autoneia da segunda geração palmarina, relatou a presença de “infiltrados” no clube durante a ditadura militar, indivíduos que faziam perguntas suspeitas e agiam de maneira diferenciada. Parte da atuação no clube envolvia ficar atento a essas pessoas e suas intenções. Ele mencionou que muitos infiltrados foram descobertos devido às atividades do Palmares com os movimentos negros, já que a militância ativa frequentemente identificava esses infiltrados fardados no Rio de Janeiro, dificultando a negação de suas verdadeiras identidades. A estratégia envolvia se aproximar desses indivíduos, dando-lhes pouca informação, mas com ares de importante, para evitar que desaparecessem, enquanto evitavam revelar suas próprias intenções. Eventualmente, os infiltrados acabavam sendo expostos ao serem vistos fardados ou em atividades com outros militares e policiais da época.<sup>33</sup>

O depoimento de Mister é comprovado pela documentação consultada por Pires ao citar o Clube Palmares em documento do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) de 9 de setembro de 1982.<sup>34</sup> Com base nessa evidência, no depoimento de Mister e de outros entrevistados, não foi surpreendente descobrir, ao aprofundar nossas pesquisas (UFF/CAAF-Unifesp), no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), um fichamento sobre o Clube Palmares feito pela polícia política. Contudo, ainda não tivemos acesso a este documento. A realidade por trás do mito da democracia racial incluía muita vigilância e repressão contra vozes dissonantes, consideradas subversivas, como o Clube Palmares.

O Palmares sempre atuou como espaço de entretenimento e formação, não sendo apenas um clube dançante. Há muitos exemplos, mas gostaria de citar uma ação registrada na ata da comissão de festas, que revela o lado formador do clube desde seu início. Para as comemorações do aniversário do clube (1969<sup>35</sup>), houve uma reunião em 14 de dezembro de 1968, onde diretores e diretoras planejaram atividades para ocorrer entre os dias 25 e 30 de janeiro. Entre as atividades listadas estavam “voleibol feminino”, “churrasco”, palestra sobre “a influência dos ritos africanos em nosso catolicismo”, “Noite da Juventude Palmarina” e, no dia 31, aniversário do clube, uma conferência especial com o “conferencista Abdias do Nascimento”.<sup>36</sup> É muito provável que Abdias não tenha comparecido ao evento, pois um dia antes da reunião que planejou convidá-lo, a ditadura empresarial-militar decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Com o endurecimento do regime, Abdias se exilou no exterior por 13 anos.

Maria Eunice dos Santos Dias ou Nice Nazário, como ficou conhecida artisticamente (pois era também artista plástica), foi ex-presidenta do clube e esposa do engenheiro Nazário (outro ex-presidente). Ela relata em entrevistas que Abdias e, principalmente, Lélia González

33 JOÃO, Edson Daniel. **Edson Daniel João** (depoimento, 2022). Entrevista concedida ao autor e com a participação de Jéssica de Assis Lopes. Volta Redonda, RJ, 6 set. 2022. A entrevista compõe o acervo do projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades” (UFF/ CAAF-Unifesp). Edson é o atual presidente do Clube Palmares.

34 PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 1054-1079, 2018. p. 1069.

35 Mesmo ano da publicação em *O Lingote* da matéria “VR é outra abolição”.

36 Ata nº10. Comissão de Festas do Clube Palmares, Volta Redonda, 14 dez. 1968. Livro de Ata n. 1. p. 10.



estiveram mais de uma vez no Palmares.<sup>37</sup> Os relatos vão desde as ideias políticas debatidas no clube aos passeios pela feira da cidade que Lélia tanto gostava, inclusive com degustação de pastel e caldo de cana.

Um dos aspectos dignos de destaque no ambiente interno do Clube Palmares, conforme registrado em suas atas e documentações, é o fluxo de negritudes, que nem sempre foi uma fonte conciliadora de cosmovisões. O atual presidente aborda essa questão como geracional, posicionando-se como da segunda geração palmarina e apresentando a equipe de projetos, que atua desde 2022 na construção de eventos, apresentações e dinamização do clube além de seus muros, como a quarta geração. No site do clube, ainda é registrado que o “propósito maior do Palmares desde o início foi prioritariamente a elevação cultural do negro(a) e a valorização da cultura afro-brasileira”,<sup>38</sup> questão mais pertinente aos palmarinos da primeira geração. Os relatos colhidos mostram que, com o fluxo da *Soul Music*, do movimento *Black Panther* e de ideais progressistas, o Palmares também se reformatou em sua autoconcepção e atuação sociopolítica. Lideranças religiosas cristãs e do povo de terreiro frequentavam e ainda frequentam o clube, e dessa diversidade, muitas vezes conflituosa, vem a humanização necessária para a luta antirracista,<sup>39</sup> pois um dos motes racistas é a desumanização dos corpos negros.

Contudo, apesar de suas ações significativas, o Palmares sempre enfrentou perseguições e possui uma volumosa pasta de processos e ações contra si.<sup>40</sup> Os documentos demonstram constantes questionamentos de suspeição sobre o clube, com referências a “pessoas suspeitas” e “movimentos suspeitos” dentro de seus muros, além de denúncias anônimas e não anônimas que se avolumaram no Ministério Público. Em 1985, a Prefeitura de Volta Redonda derrubou os muros do clube a pedido dos moradores do bairro que desejavam sua remoção, mas a direção conseguiu comprovar a aquisição do terreno, e o muro foi reconstruído no ano seguinte.<sup>41</sup>

Durante a pesquisa do projeto UFF/CAAF-Unifesp, trabalhei sob a coordenação das professoras doutoras Alejandra Estevez (UFF - Volta Redonda) e Flávia Rios (à época na UFF - Niterói) e, dentro do recorte racial, focamos em três frentes de possibilidade de estudo e reparação: o Clube Palmares, a Greve dos Peões de 1979<sup>42</sup> e a leucopenia. Para os três

37 DIAS, Maria Eunice da Silva Santos. **Maria Eunice da Silva Santos Dias** (depoimento, 2012). Entrevista concedida a Gladys Guimarães. Volta Redonda, RJ, 4 jul. 2012.

38 **Clube Palmares**. Disponível em: <https://www.clubepalmares.org.br/home>. Acessado em 30 jul. 2024.

39 JOÃO, Edson Daniel. **Edson Daniel João** (depoimento, 2022). Entrevista concedida ao autor e com a participação de Jéssica de Assis Lopes. Volta Redonda, RJ, 6 set. 2022. A entrevista compõe o acervo do projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades” (UFF/ CAAF-Unifesp).

40 Quando da entrevista realizada com o senhor João Laureano em 2018, o mesmo apresentou uma pasta com vários processos e ações contra o clube. A linha geral de ação das reclamações era de que o Palmares não deveria estar ali, que o local poderia se tornar uma praça para os moradores do bairro. O senhor João faleceu no mesmo ano de realização da entrevista.

41 LAUREANO, João Estanislau. **João Estanislau Laureano** (depoimento, 2018). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 7 mar. 2018.

42 Greve ocorrida em outubro de 1979, em Volta Redonda, liderada por trabalhadores migrantes da construção civil que foram contratados por empreiteiras da CSN, como a Servir, Odebrecht etc. Pelas análises das fotos da greve e das fichas entregues pela CSN à polícia política, o movimento paredista foi majoritariamente negro e reivindicava mínimas condições de trabalho, como alojamentos e alimentação (Vide SOARES, Paulo Célio; DA FONSECA, Ana Clara; DOS SANTOS, Bruno Nonato. *A Greve dos Peões em Volta Redonda (1979)*).

casos, as fotos e relatos foram essenciais. Ademais, os relatos evidenciaram que membros do clube participaram dos outros dois momentos citados, ou no suporte ou oferecendo o próprio espaço do clube para reuniões.

Segundo Flávia Rios, em se tratando de estudos sobre clubes negros,<sup>43</sup> o caso do Clube Palmares é bastante peculiar, pois o Clube Palmares surgiu devido a uma política estatal (não oficial) promovida pela Companhia Siderúrgica Nacional. Essa particularidade leva o atual presidente do Clube Palmares a descrevê-lo como um “quilombo urbano” e um “solo sagrado da resistência”.<sup>44</sup> Considerando que o clube se localiza no bairro Jardim Europa entre as ruas Roma e Paris, a descrição de Mister se torna simbolicamente mais significativa.

## Leucopenia: doença entre origem étnica e divisão racial do trabalho?

[Ele] falou comigo que na Alemanha eles usavam muito o negro pra trabalhar na coqueria. Eu perguntei: ‘- Por quê?’. Ele disse: ‘- Porque na Alemanha a pessoa quando ficava doente, com anemia [...] ele era aposentado’. E o negro tinha uma doença parecida com a anemia [...], a anemia falciforme. Tem pouca oxigenação [...]. Então, quando o cara dizia que ia entrar na CSN tinha muito negro trabalhando, tirando aquelas portas semiautomáticas. Então ele dizia que isso era porque... O cara não podia reclamar depois. Que ele já tinha a doença.<sup>45</sup>

O relato acima foi colhido em 2009, quando o objetivo da entrevista ainda não tinha como mote a questão racial, mas a formação da classe trabalhadora de Volta Redonda. É interessante notar como que um engenheiro branco narra com detalhes a questão do processo de produção, ao mesmo tempo que cita a doença e a estratégia da empresa de burlar indenizações, ao jogar a condição da doença na biologia do doente. Ele não se exime de mostrar que a escolha de corpos negros para determinada seção era indicada em sua própria formação.

[...] A preferência do trabalho do negro era no calor do fogo, tá? [...] Tentaram me jogar no calor do fogo, eu disse: ‘Oh Doutor, o senhor está querendo me mandar embora da Companhia?’ (risos). Depois me puseram, conseguiram me levar lá para a coqueria.<sup>46</sup>

**Revista Episteme Transversalis**, v. 13, n. 1, p. 28-50, 2022; SILVA, Eduardo Ângelo da. **Arigós e peões na Cidade do Aço: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe** (Volta Redonda-RJ, 1970-1980). 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto Multidisciplinar-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRRJ), Nova Iguaçu, 2010 e DE OLIVEIRA MARTINS, Richard; SILVA, Leonardo Ângelo da. “Uma outra abolição”? Mitologias brancas e resistências negras em Volta Redonda durante a ditadura empresarial-militar. **Contemporânea**, v. 17, n. 2, p. 11-32, 2023. p. 18-20. Somente neste último artigo é citada a temática racial.

43 Vide DA SILVA, Fernanda Oliveira. Associativismo negro em terras sulinas: das irmandades aos clubes para negros em Pelotas (1820-1943). **Revista Thema**, v. 8, n. 2, 2011. LONER, Beatriz Ana; GILL, L. Classe, etnia e moralidade: estudo de clubes negros. **Estudos Ibero-Americanos**, p. 145-162, 2005. PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (org.). **Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. DOMINGUES, Petrônio. Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, p. 1-22, 2023.

44 JOÃO, Edson Daniel. **Edson Daniel João** (depoimento, 2022). Entrevista concedida ao autor e com a participação de Jéssica de Assis Lopes. Volta Redonda, RJ, 6 set. 2022. A entrevista compõe o acervo do projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades” (UFF/ CAAF-Unifesp).

45 GORI, Ronaldo. **Ronaldo Gori** (depoimento, 2009). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 27 jan. 2009.

46 GARCIA, José. **José Garcia** (depoimentos, 2009 e 2018). Entrevistas concedidas ao autor. Volta Redonda, RJ, 29 jan. 2009 e 7 mar. 2018.

O relato acima, de José Garcia, é corroborado pelo de Geraldo Orozimbo ao relatar a sua chegada, em 1956, para trabalhar na cozinha da empresa. Por ser um negro alto e forte ele relata que ouviu um grito direcionado para seu chefe: “esse aí deveria ir para a coqueria!”.<sup>47</sup> Já o Luiz Paulo Pereira, mais novo, e que entra na CSN nos anos 1970, dá depoimento sobre a questão da coqueria, do benzenismo e anemia falciforme, inclusive citando a questão dos exames periódicos que, segundo ele, só passam a ocorrer nos anos 1980.<sup>48</sup>

Resumidamente, a coqueria seria uma grande estrutura dentro de uma siderúrgica com vários fornos para a transformação do carvão em coque, uma das matérias básicas na produção do aço. Esses fornos recebem uma mistura de carvão mineral. Da reação química dentro da coqueria resulta o gás benzeno, substância que “ao contaminar o sangue pode ir para diferentes partes do corpo, como o cérebro, fígado, medula óssea – órgão responsável pela produção de sangue, podendo provocar leucopenia (redução dos glóbulos brancos), anemia, dificuldade de coagulação, leucemia e outros tipos de câncer e até aplasia da medula – organismo para de produzir sangue”.<sup>49</sup> Sob a nuvem de benzeno, as condições da coqueria e bateria de fornos se tornavam insalubres, como a fábrica não possuía filtros, muitas outras áreas e até o território extramuros podem ter sido contaminados.

As condições insalubres da coqueria e bateria de fornos dentro da CSN viraram questão dentro do Congresso Nacional. No dia 18 de maio de 1974, o deputado Peixoto Filho (do MDB do Rio de Janeiro) citava:

Um número superior a 200 operários trabalha diariamente, no subsolo, onde a temperatura no verão atinge a 80 graus centígrados em condições normais, onde a ventilação está ausente, o oxigênio é diminuído, acrescido de 40% de gás que é expelido, o que conduz esses homens sacrificados e laboriosos a terem um período de vida bem menor do que os seus colegas de outras secções da Companhia [...]. As condições são tão precárias que a própria Companhia passou a lhes fornecer leite, a fim de diminuir os efeitos da intoxicação, medida essa, por incrível que pareça, que foi suprimida posteriormente.<sup>50</sup>

Entre outras questões ele cita que “os portadores de doenças as mais diversas, vêm a falecer sem que os desenlaces sensibilizem os dirigentes da companhia e as autoridades responsáveis pelo cumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho”, e assevera que em outros países em que as leis trabalhistas não são tão avançadas, cabe aos trabalhadores de “coqueria e bateria de fornos” a equiparação aos trabalhadores de minas de carvão, “gozando de benefícios especiais, inclusive aposentadoria aos 15 anos de trabalho e de outras vantagens

47 OROZIMBO, Geraldo. **Geraldo Orozimbo** (depoimentos, 2009 e 2018). Entrevistas concedidas ao autor. Volta Redonda, RJ, 3 fev. 2009 e 8 mar. 2018.

48 PEREIRA, Luiz Paulo. **Luiz Paulo Pereira** (depoimento, 2017). Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, RJ, 11 nov. 2017.

49 SANTOS, A. G. dos. Benzenismo: prevenção e controle devem ser permanentes. **Diesat (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador)**, v. 2, n. 4, 2009.

50 **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, 18 maio 1974, p. 3055. Seção I, ano XXIX, nº 43. Capital Federal.

pecuniárias e preservadoras de saúde”.<sup>51</sup> Ao fim da apresentação do tema, ele assegura que apresentaria projeto de lei para reparação do que estava a ocorrer.

Há que se ponderar sobre a questão citada pelo deputado, de equiparação dos trabalhadores da coqueria aos trabalhadores de minas. Na busca sobre pesquisas que perpassassem o assunto, encontramos De Lima (2015)<sup>52</sup> e a construção de precarização e racialização na construção dos carvoeiros, trabalhadores de minas. Ademais, em estudo mais amplo realizado por Knotter (2015),<sup>53</sup> há a constatação de que a divisão racial do trabalho para o segmento é uma tendência global.

PROJETO Nº 240-A, DE 1975

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A duração normal do trabalho nos serviços de coqueria e nas seções de bateria de fornos não excederá de seis horas diárias ou de trinta e seis horas semanais.

§ 1º O número de horas previsto neste artigo poderá ser elevado até oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, no máximo,

§ 2º A prorrogação prevista no parágrafo anterior dependerá sempre de acordo escrito individual ou coletivo e prévia licença da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho,

§ 3.º A remuneração do trabalho no período de prorrogação será, no mínimo, 25% superior à da hora normal, constando sempre o seu valor, do acordo individual ou coletivo de trabalho.<sup>54</sup>

Entre idas e vindas, pedidos de vista, acusação de falta de autonomia para a gestão da cidade de Volta Redonda (o prefeito era indicado pelo governador) e o debate entre Arena e MDB, o projeto só é aprovado em 1977. Em momento algum há citação da cor ou raça dos trabalhadores, mas todas as questões colocadas até aqui evidenciam tratar-se de uma divisão racial do trabalho. Acredito que os mencionados estudos (anteriormente citados) alicerçam os relatos colhidos anteriormente e que as fotos da própria CSN, principalmente para o período de 1964 a 1985, possam documentar essa racialização dos trabalhadores no setor.

Somente em 1987, o benzenismo ou benzolismo foi reconhecido como doença de trabalho pelo Ministério do Trabalho, sendo que, até 1985, nenhuma denúncia sobre a doença havia sido feita. O fato é que a CSN alegava que os negros possuíam anemia falciforme, o que a empresa tratava como uma questão genética de raça. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), via jornal *Maioria Falante*,<sup>55</sup> eram mais de 2.000 casos na CSN com cerca de 500 afastados pela impossibilidade de trabalhar. Além disso,

51 Idem.

52 DE LIMA, S. C. Carvoeiros: trajetórias do trabalho e dos trabalhadores da carvoaria na primeira metade do século XX (1910-1950). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis/SC, 2015. *Anais* [...]. Florianópolis: 2013.

53 KNOTTER, A. Mineração de carvão, migração e etnicidade: uma história global. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, 7(14), p. 13-35, 2015.

54 *Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal, 3 maio 1977, p. 2566. Seção I, ano XXXII, nº 32.

55 SILVA, Arlete. CSN: Extermínio de Negros. *Maioria Falante*, Rio de Janeiro, abr./maio, 1991, p. 10.

segundo a reportagem, surgiam casos de leucopenia em bairros da cidade que integravam a rota de circulação da poluição, como Retiro, Conforto e Ponte Alta. É notável que tenha sido na década de 1980 que as primeiras denúncias relacionadas à doença — cujas principais vítimas, entre os trabalhadores da CSN, eram pessoas negras — começaram a ser registradas. Nessa mesma década, o movimento negro ganha maior visibilidade no Brasil, coincidindo com o aumento do fluxo de pesquisas acadêmicas em Volta Redonda, impulsionado pela obra de Morel e pelo grupo de pesquisadoras que a acompanhava.<sup>56</sup>

Um fato novo a ser considerado é que o benzenismo, ou benzolismo, esteve diretamente relacionado aos casos de intoxicação por benzeno ocorridos inicialmente na Cosipa e, posteriormente, na CSN. A partir de então, houve um aumento significativo no número de processos contra a empresa, quase todos iniciados nos anos 2000.<sup>57</sup> O uso indiscriminado de trabalhadores negros nos fornos e na coqueria precede a ditadura empresarial-militar. No entanto, foi durante este período que a doença foi descoberta e que muitos trabalhadores começaram a buscar justiça.

A advogada e bolsista do projeto UFF/CAAF-Unifesp, Eliege Domingos, obteve diretamente com o TRT acesso a mais de 10.000 páginas de processos e confirmou nossa hipótese inicial de pesquisa: a maioria dos atingidos pela doença é negra. Mesmo não conseguindo analisar as 10.000 páginas, ela focou em processos coletivos e conseguiu analisar 19 deles. Dos casos analisados, 21,05% dos atingidos são brancos, 68,42% são negros, 5,26% não apresentaram documentos com foto e 5,26% não foram identificados racialmente devido à qualidade das fotos. Como não há autodeclaração racial por parte dos requerentes dos processos, nem tipificação racial nos processos, a solução que adotamos para a racialização dos atingidos foi a heteroidentificação racial com base nas fotos presentes nos acórdãos. Em parte, seguimos a mesma metodologia descrita nos já citados trabalhos de Dinius (op. cit., 2004)<sup>58</sup> e Silva (op. cit., 1997). Silva explicita os critérios ao analisar as fotos presentes nas fichas dos funcionários da siderúrgica que estudou:

O critério utilizado foi a maior ou menor presença de traços negroides, tais como cor da pele negra, tipo do cabelo, formato do nariz e dos lábios. Aqueles que apresentavam a cor da pele negra, nariz arredondado, lábios grossos e cabelos crespos foram classificados como 'pretos'; aqueles que não apresentavam uma dessas características foram classificados como 'mestiços'. Nessa categoria, portanto, estão inclusos todos os que poderiam ser chamados de mulatos, morenos ou pardos; aqueles que não

56 No periódico *Maioria Falante*, há menção explícita à Fundacentro e ao trabalho que a instituição vinha desenvolvendo junto aos trabalhadores da Cosipa e da CSN. Ao pesquisar no site da entidade, encontrei o artigo GUERRA, Celso Carlos de Campos. Leucopenia fator de discriminação racial. **Caderno Informativo de Prevenção de Acidentes**, v. 9, n. 108, p. 48-51, 54, 1988 — que, segundo os registros, está disponível na unidade da Fundacentro no ABC Paulista. Trata-se de uma obra que já evidenciava o processo de racialização dos atingidos, apontando para a dimensão racial das condições de saúde enfrentadas por trabalhadores negros.

57 Pelo que aferimos através do projeto UFF/CAAF-Unifesp, um advogado detectou essa demanda processual e veio para Volta Redonda e conseguiu entrar com vários processos (individuais e coletivos) contra a CSN.

58 Dinius não explicita seus critérios para a heteroidentificação dos trabalhadores, apenas cita em nota que seu assistente de pesquisa (um estudante brasileiro que se autodeclarava negro) fez a codificação racial dos funcionários através das fichas de registro da empresa (DINIUS, op. cit., 2004, p. 182)



possuem nenhuma dessas características foram classificados de ‘brancos’; chamamos ‘negros’ o resultado do somatório de ‘pretos’ e ‘mestiços’.<sup>59</sup>

Em linhas gerais, o que Silva fez foi aferir a questão fenotípica e tratá-la com alguma similaridade aos dados que o IBGE estabelecia. Ademais, o que ela fez, em 1997, foi justamente o que determinou a Nota Técnica da Defensoria Pública da União (DPU), em 2023, para a questão das cotas raciais, quando se buscou desenhar, a “partir de um Grupo de Trabalho especializado na temática, um posicionamento institucional visando orientar os defensores públicos federais”.<sup>60</sup> Na nota, a DPU citou que o Ministério Público Federal (MPF) sugeriu a observação de certos aspectos para efeito da melhor fiscalização e prevenção de fraudes no critério de autoidentificação, pois se ressaltou que os critérios devem possuir “elementos predominantemente fenotípicos na identificação de candidatos negros” (pretos e pardos).<sup>61</sup>

Em minha tese de doutorado, realizei algo semelhante ao tentar heteroidentificar trabalhadores mencionados no periódico da CSN (*O Lingote*), para os anos 1950. Nesse caso, atribuí a eles uma classificação de cor/raça com base nos mesmos critérios utilizados pelo Censo de 1950, quando o processo de autodeclaração foi empregado pela primeira vez.<sup>62</sup> No meu caso específico, acabei tendo de criar a categoria “não identificado”, pois quando a qualidade da foto não ajudava na identificação e/ou a categorização fenotípica ficava comprometida, eu acabava por lançar os analisados nessa categoria.<sup>63</sup> Contudo, em minha pesquisa, na de Dinius (2004) e na de Silva (1997), a intenção era mensurar pretos e pardos dentro da classe trabalhadora do período estudado e em ambiente siderúrgico. Talvez por esse motivo não tenhamos utilizado as categorias “indígena” e “amarelo”. Enfim, embora os estudos sobre trabalhadores negros sejam fundamentais, é preciso reconhecer que a questão indígena segue marginalizada. Ampliar os estudos étnico-raciais para incluir essas trajetórias é essencial para enfrentar esse silenciamento histórico e debatermos categorias já existentes, como a categoria pardo.<sup>64</sup>

59 SILVA, op. cit., 1997. p. 16.

60 DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Nota Técnica n. 1 – DPGU/SGAI DPGU/GTPE DPGU: Regulamentação de Bancas de Heteroidentificação para a Política de Cotas Raciais em Instituições Federais**. Brasília: DPU, 2023, p. 1. Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/nota-tecnica-n-1-dpgu-sgai-dpgu-gtpe-dpgu-regulamentacao-de-bancas-de-heteroidentificacao-para-a-politica-de-cotas-raciais-em-instituicoes-federais/>. Acesso em: 10 set. 2025.

61 DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, op. cit., p. 2.

62 Em 1950, foram adotadas as seguintes cores: preta, branca, parda e amarela. Vale lembrar que a construção das cores para o censo sempre esteve atrelada à questão racial, tanto que o Censo de 1890 usava a categoria “cabocla”. Há um pequeno debate sobre cor e raça na citada obra do IBGE, na parte de “Notas Técnicas”, vide PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, 2013.

63 Dos 369 casos analisados na tese, somente 34 foram categorizados como “não identificados”. Ver tabela em SILVA, op. cit., 2022, p. 122.

64 Sobre a questão indígena, há muito o que se trabalhar, pois em se tratando de heteroidentificar talvez seja problemático, já que quem se declara indígena tem que ser reconhecido pela comunidade (Vide KARIRI, Joedson. A questão indígena na categoria pardo. In: RIOS, Flávia (org.). **A questão do pardo no Brasil**. São Paulo: Editora Braganini, 2025. p. 103-110. TUPINAMBÁ, Evelin Cristina Araújo. Do pardo ao indígena: uma trajetória (individual e coletiva) de retomada. In: RIOS, Flávia (org.), op. cit., 2025, p. 169-178). Ademais, a categoria pardo possui uma série de questionamentos, pois viria no sentido de ser legitimadora do discurso de mestiçagem, um reforço para o mito da democracia racial (DE OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, v. 3, p. 61-84, 1997, p. 65).

Além da heteroidentificação das fotos dos trabalhadores nos processos, Eliege Domingues trouxe análises muito peculiares das irregularidades presentes: movimentos do processos que dão uma ideia da morosidade e intercursos dos mesmos, questões muito evidentes de violações de direitos dos trabalhadores atingidos, tais como: 1) para alguns processos, o mesmo médico da junta médica da CSN era médico da junta médica do Ministério do Trabalho e 2) o processo 0005100-18.2006.5.01.0342 mostra trabalhadores terceirizados na coqueria, questão ilegal para a época.

Por fim, Eliege apresenta um caso revelador de continuidade da abordagem e tratamento para corpos negros. No processo 0379300-54.2005.5.01.0342, de 2005, em que o autor foi identificado como preto e contratado como forneiro, tendo trabalhado durante o período de 24/03/86 a 17/03/1993. Na Comunicação de Acidente de Trabalho emitida pela empresa há a seguinte informação: “Trabalhava na SLE - Manuseando gás benzeno”. Na contestação a empresa afirmou que **“a leucopenia é uma característica transitória causada por diversos fatores, dentre eles a origem étnica”**<sup>65</sup> e que deveria o autor provar que não possuía propensão genética ao aparecimento da doença, ou seja, uma declarada justificativa que confunde leucopenia (glóbulos brancos) com anemia falciforme (glóbulos vermelhos) e que propositalmente racializa a doença, mesmo que isso se verifique somente na seleção dos trabalhadores para as áreas atingidas e não na justificação biológica da doença.

## Conclusão

O PRESENTE ARTIGO buscou contribuir para a compreensão das relações raciais no interior da Companhia Siderúrgica Nacional e na cidade de Volta Redonda, enfatizando como o racismo estrutural operou não como um elemento externo ou acessório, mas como dimensão constitutiva do desenvolvimentismo e da ditadura empresarial-militar. Ao mobilizar fontes orais, imagens e documentação institucional reunidas no âmbito do projeto *Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades*, o estudo procurou deslocar o olhar historiográfico de narrativas consolidadas sobre progresso, integração e cidadania operária, evidenciando as fraturas raciais que estruturaram as experiências concretas de trabalho, adoecimento e sociabilidade da classe trabalhadora.

Essa perspectiva dialoga com uma tradição crítica que compreende a raça como princípio organizador das hierarquias do trabalho e da formação de classe. Já em *Black Reconstruction in America*, W. E. B. Du Bois (1935)<sup>66</sup> demonstrava que a raça não opera como um desvio moral do capitalismo, mas como um de seus fundamentos históricos, estruturando a exploração do trabalho, a cidadania e os regimes de reconhecimento. No contexto brasileiro,

<sup>65</sup> Grifo nosso.

<sup>66</sup> DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in América**. 1ª ed. New York: Quinn & Boden Company, Inc.; New Jersey: Rahway, 1935.

Clóvis Moura (2023)<sup>67</sup> formulou argumento convergente ao definir o racismo como uma “**arma ideológica de dominação**”, inseparável do capitalismo dependente e da manutenção das desigualdades de classe. Para Moura, o racismo não decorre de preconceitos difusos ou resquícios do passado escravista, mas funciona como mecanismo ativo de organização da exploração e de legitimação da superexploração do trabalho negro.

A experiência dos trabalhadores negros da CSN confirma essa leitura. A sobrerrepresentação de trabalhadores negros na construção da usina, sua concentração em setores mais insalubres da produção e sua condição majoritária entre os atingidos pela leucopenia/benzenismo não podem ser interpretadas como efeitos colaterais do processo industrial. Trata-se, antes, de uma divisão racial do trabalho historicamente produzida e naturalizada, na qual corpos negros foram sistematicamente destinados às tarefas de maior risco e menor proteção. Nesse ponto, a análise converge também com a formulação de Barbara e Karen Fields (2012)<sup>68</sup> sobre o *racecraft*: práticas sociais e institucionais que produzem a raça como se fosse um dado natural, ocultando seu caráter histórico e político. A racialização da doença — tratada como suposta condição “étnica” — e a consequente negação de direitos trabalhistas e indenizações expressam esse processo de naturalização ideológica do racismo, tal como descrito por Moura (op. cit., 2023) em sua crítica ao racismo como tecnologia de dominação de classe.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa reafirma a centralidade da história oral e das fontes visuais como instrumentos capazes de tensionar silêncios documentais e produzir novas chaves de leitura sobre o passado. Em um contexto marcado pela ausência sistemática de dados raciais — tanto nos registros empresariais quanto nos processos trabalhistas e estatísticas oficiais —, a heteroidentificação racial de fotografias constituiu não apenas uma estratégia técnica, mas uma escolha epistemológica e política. Ao tratar as imagens como objetos históricos, foi possível evidenciar padrões fenotípicos, hierarquias raciais e continuidades de exclusão que escapam à documentação escrita e aos discursos oficiais de integração.

As fraturas raciais também se manifestaram para além do espaço fabril. O estudo do Clube Palmares de Volta Redonda revela como a sociabilidade urbana foi atravessada por mecanismos informais de exclusão racial. A exclusão de trabalhadores negros dos clubes associativos da CSN e a constituição de um clube majoritariamente negro evidenciam a operação seletiva do mito da democracia racial, produzindo pertencimentos condicionados e espacializações hierarquizadas. Nesse ponto, a análise dialoga tanto com Kabengele Munanga

67 MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação I. *Lutas Sociais*, v. 27, n. 50, p. 61-73, 2023. Idem. O racismo como arma ideológica de dominação II. *Lutas Sociais*, v. 27, n. 51, p. 220-231, 2023.

68 FIELDS, Karen Elise; FIELDS, Barbara Jeanne. *Racecraft: the soul of inequality in American life*. London: Verso Books, 2012.

(2008)<sup>69</sup> quanto com Robin D. G. Kelley (1990).<sup>70</sup> Munanga demonstrou como a ideologia da mestiçagem, longe de promover igualdade, funcionou historicamente como instrumento de apagamento das desigualdades raciais e de deslegitimação da identidade negra. Já Kelley, ao analisar formas negras de organização no sul dos Estados Unidos, evidenciou que espaços de sociabilidade, cultura e associativismo foram centrais para a constituição da experiência de classe e da ação coletiva, mesmo quando situados à margem das estruturas sindicais ou institucionais formais.

O Clube Palmares emerge, assim, como espaço de resistência, formação política e afirmação identitária, tensionando o discurso oficial de integração e expondo os limites do projeto desenvolvimentista quando observado a partir das experiências negras. Tal como argumentava Moura (op. cit., 2023), as formas de organização negra não representam desvios particularistas da luta de classes, mas expressões concretas das condições raciais específicas sob as quais essa luta se dá em sociedades marcadas pelo racismo estrutural.

Ao articular memória, imagens e trajetórias, este artigo demonstra que raça e classe não operaram de forma dissociada na história da CSN, mas como dimensões profundamente imbricadas da experiência do trabalho industrial. “Dar cor” à história da classe trabalhadora, nesse sentido, não significa acrescentar a raça a uma narrativa já constituída, mas reconstituir os próprios fundamentos sobre os quais essa narrativa foi construída. Ao fazê-lo, torna-se possível escrever uma história do trabalho e da ditadura que reconheça plenamente seus protagonistas negros e enfrente, de forma crítica, as desigualdades raciais que estruturaram — e continuam a estruturar — a sociedade brasileira.

Recebido em: 01/08/2024

Aprovado em: 04/03/2026

69 MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2008.

70 KELLEY, Robin D. G. **Hammer and hoe**: Alabama communists during the Great Depression. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990.